

## LÍNGUA E RELAÇÕES DE PODER: A POLÊMICA RELATIVAMENTE ARBITRÁRIA DA LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA

### LANGUAGE AND POWER RELATIONS: THE RELATIVELY ARBITRARY CONTROVERSY OF NON-BINARY LANGUAGE

Rodrigo Sérgio Ferreira de Paiva<sup>1</sup>

Priscylla Helena Alencar Falcão Sobral<sup>2</sup>

Antonio Henrique Coutelo de Moraes<sup>3</sup>

#### RESUMO

O presente estudo propõe a reflexão acerca da língua portuguesa e as concernentes relações de poder que a constituem, tomando como objeto de ponderação a linguagem não-binária e seus pontos de convergência possíveis com o texto *A língua – instruindo novos mundos/novas palavras*, publicado na obra *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*, de Hooks (2013). Para tanto, costura-se um diálogo com outros autores que se dedicam ao tema, com a intenção de contribuir para os movimentos teóricos de ruptura com a maculada compreensão única da língua – a hegemônica – e reforçar a necessidade de mudarmos nosso modo de pensar no que compete à maneira como manipulamos certos léxicos no *locus* social. Baseiam-se argumentos no conceito epistemológico de Foucault (1979), atinente às noções de poder, partidas do “apagamento” da multiformidade humana congênita de convicções conservadoras, perpetuantes em atos imanescentes ao pensamento colonial. Soma-se às contribuições de Kilomba (2019), que ressignificam a forma sistemática como enxergamos a discursivização e seu peso semiótico, na efígie de vanguardas menosprezadas por instituições que são, por conjectura, majoritárias. Com o propósito de agregar aos estudos linguísticos, o artigo se dispõe a aferir a valia da chamada linguagem não-binária na lei brasileira e suas reverberações no ambiente escolar, assentada nas mobilizações de validação e paralisação de políticas públicas destinadas ao seu controle. Por fim, fala-se da parcialidade midiática, proposital ou contingente, correlata à “ideologia de gênero” e seu impacto na evolução de acordos societários pertinentes para o pluriculturalismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Língua. Mudança linguística. Linguagem não-binária. Atitudes linguísticas. Relações de poder.

#### ABSTRACT

The present study proposes a reflection on the Portuguese language and the power relations that constitute it, taking non-binary language as an object of consideration and its possible points of convergence with the text *The language – instructing new worlds/new words*, published in the book *Teaching how to transgress: education as a practice of freedom*, by Hooks (2013). To this end, a dialogue is sewn with other authors who are dedicated to the subject, with the intention of contributing to the theoretical movements of rupture with the tainted single understanding of the language – the hegemonic one – and reinforce the need to change our way of thinking about the that belongs to the way we manipulate certain lexicons in the social locus. Arguments are based on the epistemological concept of Foucault (1979), concerning the notions of power, starting from the

<sup>1</sup> Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), roderix2@hotmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-9168-9904>.

<sup>2</sup> Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) - Universidade de Pernambuco (UPE), priscylla.sobral@upe.br, <https://orcid.org/0000-0003-4593-2373>.

<sup>3</sup> Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), antonio.moraes@unicap.br, <https://orcid.org/0000-0002-5519-1583>.

Língua e relações de poder: a polêmica relativamente arbitrária da linguagem não-binária

“erasure” of the congenital human multiformity of conservative convictions, perpetuated in acts immanent to colonial thought. It adds to the contributions of Kilomba (2019), which reframe the systematic way in which we see discourse and its semiotic weight, in the effigy of avant-garde despised by institutions that are, by conjecture, majority. With the purpose of adding to linguistic studies, the article sets out to assess the value of the so-called non-binary language in Brazilian law and its reverberations in the school environment, based on validation mobilizations and stoppage of public policies aimed at its control. Finally, there is talk of media bias, purposeful or contingent, correlated to “gender ideology” and its impact on the evolution of societal agreements relevant to pluriculturalism.

**KEYWORDS:** Language. Linguistic Change. Non-Binary Language. Linguistic Attitudes. Power relations.

## 1. Introdução

Esse artigo traz importantes reflexões sobre as relações entre língua e poder, na perspectiva foucaultiana, aduzindo como referência à hipótese de que a rejeição a possíveis mudanças linguísticas provocadas pela linguagem<sup>4</sup> não-binária<sup>5</sup> é resultante de mecanismos de poder que atuam na manutenção da língua enquanto *locus* de reafirmação de hierarquias e reprodução de violências que atravessam o *corpus* social. Dessa maneira, atua como reprodutora de significações excludentes, numa lógica que precisa ser exposta e desestabilizada a fim de que consigamos enxergá-la com um olhar hodierno.

Vale ressaltar que, para Foucault (1979), o conceito de poder não está relacionado diretamente a uma teoria da ciência política. Para ele, importa mais entender o funcionamento, a ação e os efeitos do poder; mais especificamente como uma pessoa utiliza o seu poder em detrimento de outra pessoa. Nessa perspectiva, o poder se constitui em uma rede que impele a sociedade, algo construído historicamente, sobretudo a partir de discursos, para controlar corpos e relações sociais. Foucault (1979) também define o poder a partir de um uso hierárquico, apresentando o conceito de biopoder – aquele em que há o uso das instituições para dominar e produzir corpos manipulados. Esse biopoder, exercido pelo Estado através das mais variadas instituições (igreja, escola, medicina) tem como objetivo, além de exercer controle sobre os corpos, garantir a hegemonia do pensamento cisheteronormativo e capitalista.

Nesse sentido, para refletir sobre nossas questões, foi preciso resgatar contribuições teóricas de diferentes estudiosos quanto à temática, ampliando a visibilidade das maquinarias construtoras psíquicas das associações que se estabelecem em sociedade, tendo a língua como elemento constituinte e inseparável de seus respectivos falantes.

---

<sup>4</sup> Compreendemos a linguagem como “sendo o produto da vida social, refletindo-a não apenas no campo semântico, mas também no das formas gramaticais, a linguagem tem ao mesmo tempo uma enorme influência inversa no desenvolvimento da vida econômica e sociopolítica” (Voloshinov, 1998, p. 16, tradução nossa).

<sup>5</sup> A grosso modo, chamamos de linguagem não-binária a marcação de uma terceira desinência de gênero que poderia funcionar tanto como genérica como para marcar a expectativa de um rompimento explícito do binarismo linguístico (oposição clara entre noções de masculino e feminino na pronominalização). Essa marcação é referida como sinônimo de “linguagem neutra”, “inclusiva” e “neolinguagem” em pesquisas similares. Todavia, não há um consenso nas delimitações de uso dessas expressões, sendo o termo “neutro”, por vezes, altercado dentro e fora da comunidade acadêmica.

A simplicidade circunstancial desta costuma ocultar valores congruentes ou antagônicos, de estruturas carregadas da coexistência da coesão e coerência textual, resultadas de disposições sintagmáticas e paradigmáticas, nesta ordem. Na ótica estruturalista, a escolha de palavras percorre do estrutural (morfológico/semântico/sintático) para o social, inversamente à perspectiva da corrente sociointeracionista (Swiderski; Costa-Hübes, 2009, p. 122), que modela a língua a partir das relações, das condições de produção discursiva, das identidades e das funções sociais que se encontram por trás deste domínio. Focaremos na última mencionada, que posiciona o discurso (suporte abstrato) não apenas como representante do mundo (concreto). Falamos de um construtor, manipulador, ator e sancionador de manifestações comunicativas, havendo a conversão da oração (conjectura) para a enunciação (espacialização). Mas quão arbitrária viria a ser a dicotomia saussuriana significante-significado (Saussure, 1983, p. 80), não excluída ou ignorável mesmo no percebimento sociointeracionista da língua, frente a tempos em que a polarização sociopolítica brasileira contrasta costumes e renovações com tanta assiduidade?

Na década de 1990, nasce uma cíclica reivindicação partidária em prol de um português “menos sexista”, que designa a língua como reflexo-barreira da luta por igualdade. Não limitada à fala entre interlocutores, a língua(gem) situa-se nas narrativas históricas, em documentos oficiais e demais gêneros discursivos, sobretudo os secundários: textos oficiais, sejam eles decretos, normas, diretrizes, ou qualquer outro diploma administrativo/legal (Bakhtin, 2000, p. 281). É por ela que a ordem social se transmuta continuamente, a incluir suas relações de poderes dominantes, em duradouro “confronto”.

É a partir dessas esquematizações/organizações em torno da língua(gem), constituidora de sujeitos e coletividades, que esta tem sido historicamente modificada. Isto posto, a necessidade de refletir sobre a referida linguagem não-binária intenciona dar-lhe visibilidade e romper com sua compreensão hegemônica, entendendo que os discursos têm efeitos na fala e na sociedade, bem como seu potencial para construção de elos coletivos mais democráticos e equitativos. Em concordância com Stella (2015, p. 90), consideremos que ponderar as formas como as pessoas a usam, assim como seu estudo sistemático, permite obter informações a respeito de seu funcionamento, dos relacionamentos grupais e de como pessoas convencionam, interagem entre si e constroem aspectos de sua identidade.

Por conseguinte, buscou-se confluências entre as leituras e o objeto de estudo investigado – a linguagem não-binária. Entre outros autores, viu-se nas asserções da teórica estadunidense Hooks (2013, p. 223), em *A língua – ensinando novos mundos/novas palavras*, ideais que nos fazem discorrer sobre perquirições semióticas estruturantes para o reconhecimento do não-binarismo, na qualidade de fenômeno de renovação linguística em curso. Para além, é possível estabelecer fortes conexões com tais pensamentos a partir de suas análises e contextualizações no que se refere “a língua do opressor” (*ibidem*), que demasiadamente a incomodou, nos versos do poema escrito por Adrienne Rich – *Queimar papel em vez de crianças*, citado em *A língua*.

No sentido dessas discussões, da eclosão de retóricas antigênero e das controvérsias de uma neutralidade linguística assimilável como inexistente, o presente artigo se baseia no conceito epistemológico de Foucault (1979, p. 14) atinente às noções de poder, somado à voz de Kilomba

Língua e relações de poder: a polêmica relativamente arbitrária da linguagem não-binária

(2019, p. 15), que juntos ressignificam a forma sistêmica como enxergamos a discursivização e seu peso semiótico.

Destaca-se que a língua é, ao mesmo tempo, uma construção discursiva e uma ferramenta que os Estados-Nações utilizam para demarcar territórios, comunidades e identidades. Portanto, qualquer forma de linguagem que não se enquadre na norma, como a linguagem não-binária, é geralmente rejeitada.

Dispõe-se, aqui, a aferir a valia da linguagem não-binária na política brasileira e suas reverberações no ambiente escolar, assentada nas mobilizações de validação e paralisação de políticas públicas destinadas ao seu crível controle. Por fim, fala-se do papel midiático nesta “mancomunação”, onde se situa o domínio discursivo jornalístico, indutor proposital ou contingente, todavia parcial, de obstinações correlatas à “ideologia de gênero” e seu impacto na evolução de acordos societários pertinentes para o pluriculturalismo.

## 2. Discussões decoloniais

Hooks (2013, p. 223) destaca tópicos fundamentais que nos ajudam a compreender a ambivalência e a potência da língua como ferramenta de opressão/colonização e, de modo isocrônico, ser reclamada/tomada/aprendida como zona de reconhecimento, de formação de laços e de resistência. Essa dicotomia se inscreve no quadro de subjugação de tradições africanas pela cultura europeia colonizadora, em tempo que pessoas foram escravizadas ou marginalizadas nos Estados Unidos, forçadas a abandonar sua língua materna. Posteriormente, puderam perceber a língua de soberania como foco de obstinação, posto que foi devido à variante culta do inglês que oprimidos puderam encontrar uma alternativa de criar a solidariedade política necessária para subverter a condição de sujeição, reinventando a língua “usada” para dominar e utilizando-a como forma de reconhecimento existencial.

No que tange aos elos entre as contribuições de Hooks na predita composição e as ponderações que comportam demandas da linguagem não-binária, as convergências podem ser percebidas diante de atitudes linguísticas que condenam o uso de uma fazível alomorfia, que se faça motivada por uma forma de falar introjetada na língua de prestígio – a variante culta – por grupos considerados abjetos e marginais, a exemplo das comunidades *queer*. Tanto no contexto dos africanos escravizados quanto no de pessoas *queers*, na procura de acolhimento e reconhecimento pela língua é fundamental preservar o que nos diz Maurizio Gnerre sobre o poder da palavra em *Linguagem, escrita e poder*, ao afirmar que “o valor de uma variedade linguística equivale ao valor de seus falantes na sociedade, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais” (Gnerre, 1991, p. 65), perspectiva que dialoga com as ideias de Foucault (1979). Acrescenta o linguista que indivíduos falam para serem respeitados e exercerem interferências no ambiente em que realizam os atos linguísticos, de forma que o poder da língua se faz reflexo do poder e da autoridade que eles têm no lugar em que vivem (*idem*).

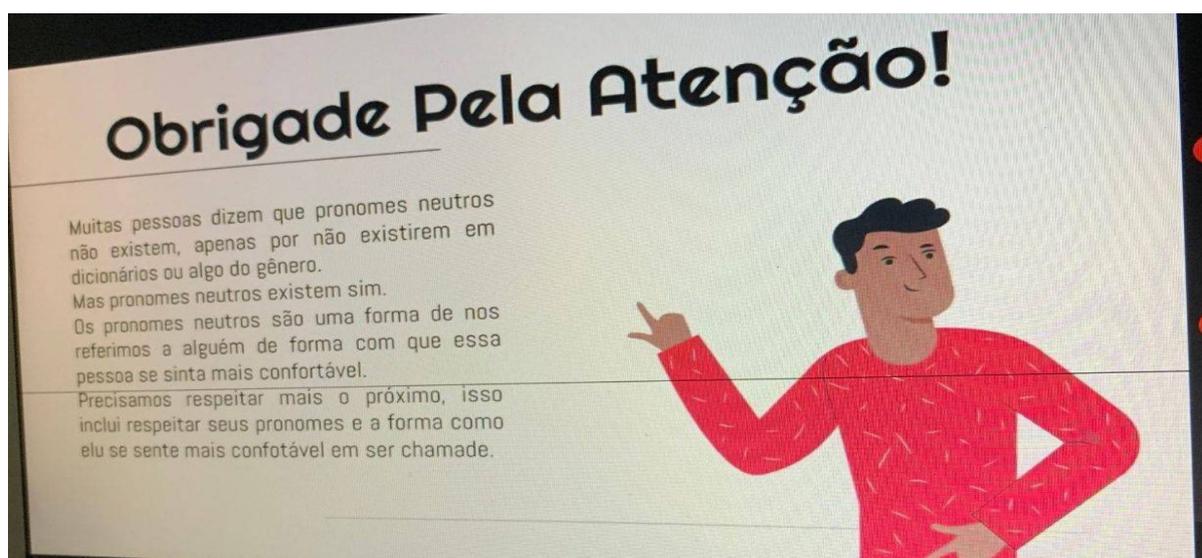
Sob tal viés, a exemplo dos colonizados pela língua do opressor – o inglês padrão – a que se refere Hooks (2013, p. 223), falantes do português culto e interlocutores da linguagem não-binária estão do lado daqueles destituídos da autoridade social aludida por Gnerre (*ibidem*), aos quais as dimensões de fala são continuamente negadas. A relutância a transformações na língua, portanto, guarda intrínseca relação com jogos de força, que produzem estigmatização das intercorrências externas à norma padrão e afastadas de quem as utiliza. Vis-à-vis essa discriminação, ao ato de falar atribui-se caráter político e, em algumas instâncias, revolucionário.

Nessa logicidade, deve-se lembrar que a diversidade de prestígio não é a língua por magistralidade, mas sim o resultado de uma atitude popular ante a língua, que elege um dos modos de articular defronte aos vários existentes e fixa um conjunto de regras que o define como jeito “certo” de falar (Orrico; Fernandes, 2007; Cyranka, 2014). Dessa forma, “eventuais julgamentos sobre o valor pretensamente maior de uma variedade em relação a outra são de natureza social e cultural, nada tendo a ver com os atributos exclusivamente linguísticos de cada uma” (Bezerra, 2011, p. 109).

### 3. Repercussão midiática

“Aula sobre ‘pronomes neutros’ em escola do Recife gera críticas” (Plano News, 2020, *on-line*), reproduzem as chamadas jornalísticas. O debate acerca da validade da linguagem não-binária ganha mais nuances na medida em que ela se mune dos diálogos alusivos às possibilidades inéditas de ensino-aprendizagem e, simultaneamente, se intrica perante uma significativa parcela brasileira, refusa à resignificação dos princípios conservadores impregnados no imaginário coletivo. Este *case*, repercutido durante a pandemia da Covid-19 (2020), levanta discussões que se iniciam pelo senso de prioridade da opinião pública e dos veículos de comunicação em massa defronte de uma crise global sem precedentes, capaz de remodelar técnicas e espaços de práticas acadêmicas como nunca visto.

**Imagem 1:** Repercussão de léxicos não-binários em Recife alcança a mídia nacional.



**Fonte:** Plano News (2020, *on-line*)

Em meio a tantas problemáticas como a mecanização das trocas subsidiadas entre docentes e discentes, a exclusão digital que atinge jovens de baixa renda, a evasão escolar anterior e posterior ao retorno das atividades presenciais e as crises de ansiedade coletiva nas aulas da rede estadual recifense (G1, 2022), o desmerecimento ao transcurso de democratização da língua permanece em evidência dentro e fora da grande mídia, pautado por alegado “atentado” à educação e seus valores. Tal justificativa, nos dizeres de famílias e políticos conservadores, costuma vir acompanhada de ataques hostis a Paulo Freire, discursos velados – ou não – de condição homofóbica, transfóbica. A ironização, repúdio ou aceitação dos léxicos defendidos como representativos é beneficiada pela ausência de guias éticas concisas para moldar ações extensionistas relacionadas ao tema em sua contemporaneidade, o que inevitavelmente abre caminhos para criar-se condutas favoráveis ou contrárias à causa. Ambos convergem em uma inevitável polarização de classes, em uma ininterrupta polêmica sem horizontes discrimináveis.

Estamos face a face a outro tabu advindo das múltiplas orientações sexuais e de identidades de gênero, tão duradouro quanto aqueles relacionados à integração racial, ao combate ao capacitismo, ao respeito à homossexualidade. Ou, em síntese, quaisquer esforços que perdurem na tentativa de refrear a ilusão da homogeneidade indubitável. Todavia, o que se vê de discrepante aqui é a defesa da língua em sua norma culta e da argumentada plenitude dos preceitos gramaticais como artifício insólito da política liberal para combater a expansão de ideais progressistas.

A exaltação das raízes linguísticas se torna mecanismo de barganha conveniente, adotado por congregações reacionárias, de pretensões duvidosas e paradoxais à frente de seu desprezo e negligência, manifesta somente quando cabida. Do outro lado dessas contestações, a gramática é referida como um leque de expectativas, que se reafirma graças às oscilações sofridas em suas regras e vocábulos, neste e em tempos passados. É pertinente frisar que “neutro”, embora usual nessa conjuntura, pode soar dúbio ou inadequado se não contextualizado. Não se trata de neutralidade, mas sim da quebra do binarismo, do colonialismo e de alienações socialmente tóxicas. Ainda nas afirmações de Hooks (2013), no contexto da negritude,

para curar a cisão entre mente e corpo, nós, povos marginalizados e oprimidos, tentamos resgatar a nós mesmos e às nossas experiências através da língua. Procuramos criar um espaço para a intimidade. Incapazes de encontrar esse espaço no inglês padrão, criamos uma fala vernácula fragmentária, despedaçada, sem regras. Quando preciso dizer palavras que não se limitam a simplesmente espelhar a realidade dominante ou se referir a ela, falo o vernáculo negro. Aí nesse lugar obrigamos o inglês a fazer o que queremos que ele faça. Tomamos a linguagem do opressor e voltamo-la contra si mesma. Fazemos das nossas palavras uma fala contra hegemônica, libertando-nos por meio da língua (p. 233).

Somamos a essa perspectiva a contribuição de Grada Kilomba (2019, p. 15), na edição brasileira do livro *Memórias da Plantação. Episódios de racismo cotidianos*, em que elabora uma espécie de glossário de termos, que, segundo ela, por possuírem usos problemáticos em língua portuguesa, merecem novas terminologias. Transcrevemos aqui os que julgamos agregar às discussões em foco:

[Sujeito] No original em inglês, o termo *subject* não tem gênero. No entanto, a sua tradução corrente em português é reduzida ao gênero masculino – o sujeito – sem permitir variações no gênero feminino – a sujeita – ou nos vários gêneros LGBTQIA+ - xs – sujeitxs -, que seriam identificados como erros ortográficos. É importante compreender o que significa uma identidade não existir na própria língua, escrita ou falada, ou ser identificada como um erro. Isto revela a problemática das relações de poder e violência na língua portuguesa, e a urgência de se encontrarem novas terminologias (*ibidem*).

A ideia de uma linguagem não-binária é abrir condições para uma interlocução não excludente, o que implica contornar o vocabulário existente através de enunciações que não se restringem a pronomes masculinos, por exemplo. A proposta de equanimidade lexical avança por essa intenção, mas divide radicalmente opiniões ao propor alterações nos vernáculos. Sua abordagem como conteúdo didático na notícia mencionada partiu de estudantes da turma do 8º ano do Colégio Apoio. O registro de “obrigade”, “elu” e “chamade” em *slide show* (Imagem 1) circularam pelas redes sociais como comprovada doutrinação de professores “esquerdopatas”. Aos poucos, a criação de sanções aplicáveis em situações do tipo virava pauta midiática.

Passada a emergência sanitária da pandemia (excluem-se suas consequências), as controvérsias agora caminham para a dimensão jurídica. Segundo Pereira (2022, p. 18), existem pelo menos 34 projetos de leis contrários à linguagem não-binária no Brasil circulando em 19 estados nas Assembleias Legislativas do país, como o Projeto de Lei nº 54/2021, que propõe sua proibição nas escolas de Belo Horizonte. Seu idealizador, o então deputado Nikolas Ferreira, defende que o não-binarismo se limita a uma pauta ideológica específica, que tende a segregar ainda mais as pessoas. O que se observa, no entanto, é que há uma desinformação geral sobre o assunto, carregada de falácias que utilizam a “preservação da gramática” como forma de mascarar um discurso de ódio contra a população minorizada que essa “neolinguagem” representa.

Em fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou como ilegal a lei estadual nº 5.123/2021, que vetava o uso desses termos na grade curricular em Rondônia. Neste mesmo ano, a Câmara de Vereadores do Recife aprovou projeto de lei de Fred Ferreira (PL) que tentou proibi-los nas escolas municipais, vetado em uma segunda análise. O Partido Liberal (Imagem 2) alega um “absurdo” para com “nossas crianças”, chamando-os de “distorções gramaticais da nossa língua materna por puro capricho de alguns professores doutrinadores” (2023, *on-line*).

Língua e relações de poder: a polêmica relativamente arbitrária da linguagem não-binária

**Imagem 2:** Publicação do vereador Fred Ferreira contrária à linguagem não-binária nas escolas recifenses.



Fonte: PL-PE (2023, *on-line*)

Para Noronha (2023), independentemente do que se legisla a respeito da linguagem não-binária, é preciso reconhecermos que ela já funciona na prática. Mesmo em espaços que visam sua interdição, ela é compreendida e enunciada. Nesse sentido, quando se procura regulamentar um funcionamento já em vigor na língua para censurá-lo, sua aparente defesa é, na realidade, um pretexto para desviar de outros assuntos, como o reconhecimento identitário de pessoas fora do binarismo feminino-masculino.

A falácia do ensino apartidário, sem o que chamam de “interferências ideológicas” a serem expurgadas em todo o Brasil, começa pela intelecção de que qualquer enunciado contempla um tipo *sui generis*, inerente à língua. Ainda que se acredite no argumento de pureza e moderação desta, há estilos que são mais tendenciosos. Há momentos mais particulares, como o irônico. Pode-se considerar as próprias modicidades da atmosfera antecipadora do discurso, consoante às influências da expressão alheia, concordâncias e discordâncias, o dado e o criado na oralidade – especialmente no cotidiano –, a bivocalidade da palavra, a unicidade de situações discursivas. Não há, logo, algo mais ideológico do que o espírito de controlar a incorporação que o falante assume para com o ouvinte nas relações dialógicas, ao incluir “seu direcionamento a alguém, ao seu endereçamento” (Mozdzenski, 2010, p. 67). Ademais,

nem de longe são neutros todos os fenômenos da língua (palavras, unidades fraseológicas, ou mesmo as formas fraseológicas e sintáticas). Estas exalam estilos, a elas estão vinculadas certas apreciações tendenciais, ideológicas, sociais. Cabe empregar essas palavras com

ressalvas, tomá-las entre aspas entoadas. Além das palavras neutras de ninguém, na língua há muitas palavras alheias ou semialheias para o falante, para o seu, isto é, para o estilo adequado à sua intenção (Brait, 2016, p. 136).

Concomitantemente, a conjectura infundada de que ocorre o incentivo à conversão de heterossexuais em homossexuais (ou transsexuais, bissexuais etc.) faz-se, para dizer o mínimo, um menosprezo com a capacidade dos menores de, por si só, advertir, conceder ou complementar aquilo que lhe é pronunciado, materializado individualmente. Por essa lógica, o discurso popular ou o jornalístico-publicitário jamais poderiam estar presentes no âmbito escolar, de maneira orgânica ou proposital, coincidente ao assunto compreendido. Mas, que falas em tom abstrato-científico ou técnico-científico se sobressaem à heterogênea complexidade sociocultural das inter-relações em sala de aula? “Nenhum fenômeno novo (fonético, léxico, gramatical) pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos” (Bakhtin, 2011, p. 268). Claro, caso haja cabimento e oportunidade para que possa haver a experiência, e que se oportunize a correlação da convicção com a prática via *práxis* (ação-reflexão-ação).

Insolitamente, é decerto que jamais houve tamanha preocupação com palavreados de baixo calão, bullying moral e psicológico, ameaças à integridade ou tampouco com a formação de pessoas analfabetas funcionais por certas facções “anticomunistas”. A inquietação que visa desacreditar o que é singular ou representativo, ao estar posicionada acima de perturbações maiores que possam comprometer a saúde mental das gerações recentes, não seria então ser compassivo ao que é tóxico? Por conseguinte, debater temas polêmicos na companhia de estudantes é um estímulo à participação. Discuti-los a pedido de estudantes é ser condescendente à democracia.

Gramaticalmente, os pronomes equânimes surgem como sugestões e alternativas à gramática tradicional em sua imutabilidade relativa, mas repercutem como uma imposição não optativa vinda de indivíduos desordeiros. São reduzidos a substituições e supressões coagidas pela ânsia de doutrinar. Contudo, o problema está longe do simples ostracismo a esses léxicos, concentrando-se na força que essas circunstâncias agregam à extrema-direita fundamentalista e seus preconceitos. Melhor dizendo, a linguagem não-binária involuntariamente impulsiona justamente o que almeja desconstruir: olhares antiquados, comentários jocosos, ponderações pejorativas. A inclusão dá a vez para novas exclusões e, precipuamente, à pseudo vitimização: o pretexto de que pessoas com deficiência auditiva ou visual são prejudicadas em decorrência da tradução dos softwares de computação por ora incapaz de identificar um “delu”, “nelu” ou “aquelu”. Ao contrário, o capacitismo se revigora por tornar-se circunscrito a mero suporte para mais colocações discriminatórias. Programas são atualizáveis. A língua(gem) também. Não a taxar sob conceitos retrógrados em locações públicas e privadas, no entanto, cabe a quem? Não é *ele*, *eu* ou *tu* que determinam o que é verdadeiro para um idioma, mas sim o *nós*. Afinal, falamos de um protocolo, um pacto compartilhado, que reproduz crenças e perpetua desigualdades nocivas às culturas pormenorizadas.

Língua e relações de poder: a polêmica relativamente arbitrária da linguagem não-binária

Dialetos podem não tomar lados, mas as comunidades, estas sempre tomam. Campos semânticos carregam especificidades, distinguem classes e, eventualmente, rendem-se à praticidade. Assim o “vossa mercê” converte-se em “você”. Com o advento da internet, abrevia-se para “vc”. Não são as leis que determinam ramificações, que ficam a cargo da hegemonia em vigor, manifestada em alçadas como a artística e a religiosa. Cada alteração reflete no total e acaba por demandar consciência e uso responsável por parte dos oradores. Exige um exercício de empatia, que inclui desapegos e o reconhecimento de correntes sem excluir as demais.

A marginalização do binarismo estaria enraizada na língua portuguesa pela sua limitação ao que é masculino ou feminino, por conseguinte, uma alegada omissão de signos linguísticos condizentes a não-binários. O que há de próximo àquilo que é equânime, nos paradigmas do português, são os pronomes indefinidos ou terminações em “o”, que refletem dominância patriarcal, sexista e, por consequente, desigual. Poder e ideologia são apanágios basilares de uma estrutura linguística, a conter limites e adequações ao cenário discursivo. Língua(gem) simboliza, materializa, domina, revela, empodera, estabiliza e desestabiliza. No plano lexical, transições em nível fonológico, morfossintático e semântico deveriam parecer tão estranhas quanto as variações fonéticas regionais, retenções históricas e propensões corriqueiras à inovação.

Da mesma maneira que o espanhol, o português provém do latim, cujos marcadores de gênero são explícitos. Diferentemente do turco, do finlandês ou do sueco, que passam a contar com “hen” no dicionário para se referir a pessoas não-binárias. O que condicionou essa adição se baseia em dois fatores: a assiduidade e funcionalidade. Nada impede que a popularização das desinências nominais neutras se sobressaia ao que é ou deixa de ser regulado pela Academia Brasileira de Letras ou qualquer entidade adicional. Ou o oposto, assim como o Acordo Ortográfico teve um propósito definido, executado junto a formalidades claras.

#### **4. Arbitrariedades em torno da linguagem não-binária**

Aqui, façamos um paralelo com as colocações de Hooks (2013, p. 223) para afirmar que os procederes e os pré julgamentos linguísticos (diga-se sociais) na presença de uma linguagem cuja base é a reivindicação para legitimar a voz de personalidades e corpos dissidentes, a perquirição pelo reconhecimento da pluralidade são interrogações que se elevam pela língua. A luta, evidentemente, vai de objeção a uma forma de controle político semelhante àquela apontada por Hooks, seja qual for a dominação heteronormativa, a domesticação daqueles factualmente à margem, a obliteração de suas existências por intermédio da língua.

Outro ponto de afluência com os juízos da autora se encontra na importância do quão factível é o tautocronismo das línguas – e, acrescentamos, intercorrências – em um recinto comum e essa lucidez se mostra crucial atualmente, considerando a multiculturalidade a que se aludiu quando cita o predomínio de uma supremacia branca que usa o inglês para silenciar e censurar. Ora, pensamos ser perfeitamente cabível deslocar esse raciocínio para a discussão que rodeia os haveres da linguagem

não-binária e o ímpeto de apagamento protagonizado pela classe hegemônica, “colonizadora”, contra a voz de pessoas que descobriram na língua, à vista de como na história descrita em *A língua* (Hooks, 2013, p. 223), um *locus* de legitimação existencial e de fortalecimento da autonomia, individual ou enquanto corpo social.

A homogeneidade a que Hooks (2013) se referiu ao parafrasear a crítica feita por June Jordan em *On Call* é – na melhor das hipóteses – um devaneio que pode ter sérias consequências na vida social. Pensar que as diferenças linguísticas precisam ser eliminadas se trata comumente de impor a cultura dos grupos detentores da hegemonia (ou a ela ligados) aos grupos alheios – e a língua é um dos componentes desse sistema. Por isto, a concomitância de pluralidades do discutível padrão, que desloca demais multiplicidades e cria um cenário de dependências assimétricas que se mantêm aos falantes de uma coletividade, é um exemplo objetivo das ligações de arbitrariedade possíveis pela língua (Orrico; Fernandes, 2007).

Nessa perspectiva, é importante anuir as palavras de Grada Kilomba (2019, p. 14), que nos diz que a língua, “por mais poética que possa ser, tem também uma extensão política de gerar, de fixar e perpetuar nexos de soberania e de brutalidade, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade”. Sabemos que o papel político que a linguagem cumpre, mediadora das relações de controle, estabelece posições confinadoras, sobretudo ao considerarmos as influências filosóficas no funcionamento da linguagem. A instituição de uma dicotomia de gênero como estatuto linguístico é representativa, portanto, da hostilidade que é exercida.

Assim como as manobras de poder em torno das ancestralidades, etnias e cor da pele, uma das principais maneiras de estabelecer relações hierárquicas de poder em uma comunidade ou grupo é pela designação dos gêneros das pessoas. Não se trata de uma simples nomeação dos corpos, mas sim do estabelecimento de permissões e de proibições aos sujeitos a depender do sexo/gênero pelo qual são designados, dos quais, devido ao caráter patriarcal das sociedades, decorrem práticas que estabelecem diferenças e desigualdades entre homens e mulheres (Rubin; Butler, 2016, p. 168).

Importante destacar, como defende Butler (2008), que o mesmo poder que legitima o poder de homens ou mulheres reunidos, acaba criando categorias binárias de gênero. Sendo assim, para Butler (2008), o mesmo poder que oprime, por exemplo, as mulheres, é o mesmo que legitima e emancipa. Há um tipo de regulação que afeta os corpos e os desejos, estabelecendo normas sociais e reprimindo formas não convencionais de sexualidade.

Endossamos que o sistema binário de gênero é sustentado pela nomeação que a linguagem promove – determinando o que podem/devem fazer os homens e as mulheres – e pelos feitos executados (pelos sujeitos) correspondentes ao estabelecido por normas sociais e históricas. A língua(gem), por essa via, pode ser compreendida como uma sistemática de instauração de gêneros, sendo ela um composto político desigual (Tilio; Vieira, 2021, p. 44).

Preciado (2014, p. 84) enfatiza que romper com os binarismos arbitrários na linguagem é necessário porque o discurso é uma das formas de domínio operante. Obviamente, sabe-se que a

Língua e relações de poder: a polêmica relativamente arbitrária da linguagem não-binária

usual chance de ruptura para os sistemas não-binários não significa que imediata e automaticamente haverá alteração nas relações de dominação entre os sexos e os gêneros. No português brasileiro, um dos argumentos usados para refutar a transição na língua(gem) para uma forma inclusiva é que essas modificações vão de encontro à gramática da norma culta. Com relação à adoção de uma língua inclusiva que combata o sexismo linguístico, é comum que os movimentos puristas reprovem as propostas e questionem “a efetividade social da intervenção sobre a linguagem” (Lagares, 2018, p. 223). Nesse sentido, é preciso apontar que uma mudança na prática linguística não é apenas um reflexo de alguma mudança fundamental: ela é, em si mesma, uma mudança social. E importa dizer que sua efetividade consiste em mudar o repertório de significados e escolhas à disposição dos sujeitos (*ibidem*).

Outro fundamento contrário baseia-se na perspectiva de que o masculino genérico já é uma forma de referência que torna a neutralização de gênero desnecessária. Segundo Mäder e Severo (2016, p. 245-246), o *status* do masculino como gênero prototípico decorre do caráter androcêntrico da língua, somado ao poder das suas instâncias reguladoras e aos tensionamentos entre homens e mulheres e suas respectivas falas. No caso da linguagem não-binária, é fundamental destacar que os efeitos de sua denegação decorrem não apenas de reflexos para a estrutura linguística. Por ser uma linguagem intencional utilizada pelos que almejam uma intercomunicação irrestrita, e por ser um arquétipo linguístico hodierno, há os que se opõem a ela pela ideologia que representa.

Foucault (1979, p. 14) estabelece os poderes dessas hierarquizações linguísticas como “uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras”. Portanto, efetuam-se como relações, sendo que “onde há poder há resistência” (*ibidem*). Na tessitura dessas tramas de poder forjadas, mediadas e mantidas pelas imbricações entre o social e o linguístico, onde as condutas e intolerâncias se encontram imersas, a manifestação de maneiras julgadas como melhores atesta que, por trás do produto científico, existe outra de aura ideológica.

Assim sendo, em um *locus* no qual o acesso aos bens culturais exige o domínio de um só dialeto, o da classe dominante, a língua(gem) deixa de ser instrumento de interação e ação referente à realidade para ser um mecanismo de exclusão social (Cyranka, 2014, p. 188). A suposta defesa da língua é comumente justificada no sentido de preservar a unidade de uma norma culta que parece tão alheia ao seu desenvolvimento social, quanto vulnerável a alterações que a prejudicariam. Isso nos leva a retomar Bagno (2015) para dizer que a produção da normativa de uma língua não constitui sua totalidade. Na época em que escreveu sobre, Hooks (2013, p. 223) já nos chamava atenção para o fato de que as recentes contestações em prol do multiculturalismo tendem a ignorar as contrariedades da língua ou diminuir sua relevância, e que foi a partir de intervenções críticas dos manifestos feministas que a primazia de vozes/línguas/falas frequentemente silenciadas, censuradas ou marginalizadas passou a ser reconhecida.

A partir disso, Hooks (2013) defende a imprescindibilidade de mudarmos nossa forma de pensar sobre a língua e o jeito como a empregamos. Sua propositura é que não tenhamos que ouvir e inteirar-nos necessariamente do que é dito e que não precisamos dominar ou conquistar a narrativa em sua completude, mas que logremos conhecer em fragmentos. Propõe, ainda, que saibamos aprender nas zonas de fala e de silêncio, de propensão a perturbar o imperialismo cultural de acordo com o qual só merece ser ouvido aquele que se comunica com o inglês (ou a língua) padrão.

## Considerações finais

Vimos como diálogos sobre a mutabilidade linguística transcendem questões (meta)teóricas e conceituais a serem incorporadas nas emendas escolares, atingindo panoramas políticos atuais decorrentes da força que a língua(gem) exerce nas inter-relações que pautam o ensino básico no Brasil. O poder das palavras sobrepuja modismos, ao desencadear discordâncias consecutivas, compositoras dos dizeres a serem incorporados e aplicados no discurso, seja ele formal ou informal.

No caso da linguagem não-binária, propúnhamos que seja lougrável subverter pela língua os movimentos de poder, segundo os quais só merecem ser ouvidas as vozes de corpos binários, cuja linguagem padrão é igualmente esvaziada de sentido para círculos cuja voz dissidente e transgressora é, dentre distintas utilidades – se é que assim pode-se chamar, a representação de suas vivências que importam e transcendem a língua. Resistir com essa “neolinguagem”, conseqüentemente, representa o símbolo máximo de liberdade e de descontinuidade para com os laços arbitrários aprisionados em culturas que se mantiveram à imediação de sistemas linguísticos.

Mesmo que ignoremos por um instante a falta de parcialidades no uso da língua, o que exatamente configura um ensinamento livre de valorações? O desprestígio social e profissional do mestre em sua capacitação contínua não lhe é carma suficiente? A contingencialidade do âmbito? Ou crê-se realmente que apostilas e livros estão isentos de predileções, pontos de vista, teorias fundamentadas em visões relativizadas por excelência? Tudo bem, desde que sigam os nossos prismas, credos ou juízos do que é ou não classificável como conhecimento científico. Mas, se uma coisa não existe, talvez não devesse implicar em tantos desdobramentos. A feitura de repertórios, o despertar de um zelar crítico concerne o que é ser ou estar no mundo, o medo da subversão de posturas coloniais a partir das múltiplas promessas de entrosamento que regem as esferas do saber, a violação hierárquica da intimidade entre aluno e professor... É tudo tão assimétrico quanto real. Mudando-se a convenção, alterar a norma torna-se questão de tempo. Talvez.

Futuramente, um “todes” poderá se limitar à mera piada, assim como um TikTok segue mais ativo do que um Snapchat entre os jovens. Até lá, decisões como o esquivo a pronomes que reforcem o padrão do homem branco, cisgênero e heterossexual e a abolição de expressões estereotipáveis apenas corroboram a frequência de uma nação diversa, irrequieta e plural. Não há crime algum. Nessa direção, a luz em torno dessas diretrizes deve contemplar vez e voz de educadores, alunos, seus responsáveis... Quando abertos ao diálogo e, preferencialmente, ao lado da constitucionalidade.



MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979. pp. 7-23.

MÄDER, Guilherme Ribeiro Colaço; SEVERO, Cristine Gorski. Sexismo e políticas linguísticas de gênero. Sociolinguística e Política Linguística: Olhares Contemporâneos. In: FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G.; GÖRSKI, E. M.(org.). Sociolinguística e política linguística: olhares contemporâneos. São Paulo: Edgard Blucher, 2016, pp. 245-260. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Guilherme-Maeder/publication/305811674\\_Sexismo\\_e\\_politicas\\_linguisticas\\_de\\_genero/links/5890d719a6fdcc1b4145339a/Sexismo-e-politicas-linguisticas-de-genero.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Guilherme-Maeder/publication/305811674_Sexismo_e_politicas_linguisticas_de_genero/links/5890d719a6fdcc1b4145339a/Sexismo-e-politicas-linguisticas-de-genero.pdf). Acesso em: 14 jul. 2023.

MORAES, Lucas. Linguagem neutra: vereadores do Recife rejeitam proposta que proíbe linguagem neutra em escolas. 2023. *JC – Jornal digital*. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/enem-e-educacao/2023/05/15475247-linguagem-neutra-vereadores-do-recife-rejeitam-proposta-que-proibe-linguagem-neutra-em-escolas.html>. Acesso em: 14 jul. 2023.

MOZDZENSKI, Leonardo. A minha voz alheia: algumas reflexões basilares sobre as ideias do Círculo de Bakhtin. *EntreLetras*, v. 1, n. 1, 2010.

NORONHA, Raquel. A regulação da linguagem neutra: uma análise discursiva de leis e projetos do Brasil e da Argentina. *Caracol*, São Paulo, n. 25, pp. 575-602, 2023. DOI: 10.11606/issn.2317-9651.i25p575-602. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/caracol/article/view/202332>. Acesso em: 15 jul. 2023.

ORRICO, Helio Ferreira; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Preconceito Linguístico e Exclusão Social: A Sociolinguística como Ciência Inclusivista. In: *Congresso nacional de linguística e filosofia*, 11., 2007, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

ORTEGA, Anna. Linguagem Não Binária desestabiliza as normas e propõe uma maneira mais inclusiva de comunicação. 2021. *Jornal da Universidade – UFRGS*. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/linguagem-nao-binaria-desestabiliza-as-normas-e-propoe-uma-maneira-mais-inclusiva-de-comunicacao/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

PEREIRA, Caio Dutra. *Para uma linguagem mais inclusiva: Gênero, muito além do masculino e feminino*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Graduação em Letras: Língua Inglesa - Tradução: inglês/português- São Paulo: [s.n.], 2022, 36p. Disponível em: [https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/32905/1/Caio%20Dutra%20Pereira.pdf\\_Caio%20Dutra%20Pereira.pdf](https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/32905/1/Caio%20Dutra%20Pereira.pdf_Caio%20Dutra%20Pereira.pdf). Acesso em: 10 ago. 2023.

PLENO NEWS. Aula sobre “pronomes neutros” em escola do Recife gera críticas. 2020. *Pleno News – Portal*. Disponível em: <https://pleno.news/brasil/cidades/aula-sobre-pronomes-neutros-em-escola-do-recife-gera-criticas.html>. Acesso em: 14 jul. 2023.

PRECIADO, Paul B. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2014.

RAMOS-SOARES, Wilker. Des (re) territorializações da minha identidade docente registradas em diários-reflexivos: (Des)encontros com a educação linguística crítica. *Humanidades & Inovação*, v. 9, n. 9, pp. 230-244, 2022.

REZENDE, Tânia Ferreira *et al.* Por uma postura decolonial na formação docente e na educação linguística: conversa com Tânia Rezende. *Gláuks - Revista de Letras e Artes*, v. 20, n. 1, pp. 15-27, 2020.

Língua e relações de poder: a polêmica relativamente arbitrária da linguagem não-binária

RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. Tráfico sexual – entrevista. 2016. *Cadernos Pagu*, (21), 157–209. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644617>. Acesso em: 15 ago. 2023.

SANCHES, Gabriel Jean. Decolonialidade no ensino de línguas: um olhar para a formação docente através de uma narrativa autobiográfica. *Travessias*, v. 16, n. 2, pp. 41-56, 2022.

SAUSSURE, Ferdinand. *Course in general linguistics*. (Original publication, 1916). Trans. Roy Harris. London: Duckworth, 1983.

SILVA, Gilberto Ferreira da; ARAÚJO, Igor Câmara de. Autonomia e ética docente: uma perspectiva decolonial no contexto da prática do ensino-aprendizagem. In: FELICETTI, Vera Lucia; PEREIRA, Marcelo Almeida de Camargo. (org.). *De Canoas a Manaus nas águas da educação: inquietações docentes*. Canoas: La Salle, 2020. pp. 144-152. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/books/issue/viewFile/312/26>. Acesso em: 11 ago. 2023.

STELLA, Vivian Cristina Rio. Contribuições da sociolinguística interacional para os estudos sobre linguagem e trabalho. *Intersecções*, 17. ed., ano 8, n. 3, pp. 84-96, nov. 2015.

SWIDERSKI, Rosiane Moreira da Silva; COSTA-HÜBES, Terezinha da Conceição. Abordagem sociointeracionista e sequência didática: relato de uma experiência. *Línguas & Letras*, [S. l.], v. 10, n. 18, pp. 113-128, 2000. DOI: 10.5935/rl&l.v10i18.2253. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/2253>. Acesso em: 15 ago. 2023.

TILIO, Rafael de.; VIEIRA, Mariana de Paiva Pelet. Sistemas de linguagens não-binárias de gênero e sexualidade. *Revista DisSoL-Discurso, Sociedade e Linguagem*, ano VI, n. 13, pp. 42-53, jan.-jun./2021.

VOLOSHINOV, Valentin N. Título original: “Chtó takoie iazik”. 1. ed. en *Literaturnaia uchoba*, n. 2, Leningrado, 1929. Traducción de Guillermo Blanck (Almagesto, 1998).